

Parceria contra o caos

Samanta Sallum
Da equipe do **Correio**

Uma das prioridades da Procuradoria da República no Distrito Federal para 2002 é lutar pela preservação da área tombada de Brasília. O Ministério Público Federal promete intensificar a fiscalização para impedir tentativas de agressão à obra de Lucio Costa e Oscar Niemeyer. Para isso, propõe uma parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Em janeiro, o procurador Alexandre Camanho se reúne com representantes do Iphan para elaborar um plano de ação. “Minha proposta é fechar uma agenda de ações com o Iphan para identificarmos e combatermos as agressões a Brasília, Patrimônio Mundial da Humanidade”, adianta Camanho.

“A idéia é muito positiva. Seria ótimo essa parceria. O Iphan, sozinho, com a equipe reduzida de funcionários, não tem condição de fiscalizar tudo”, comenta o coordenador de Conservação do Iphan-DF, o arquiteto Fer-

nando Madeira. Hoje, o Iphan-DF conta com apenas dois arquitetos para a fiscalização.

Madeira também defende a renovação de um antigo convênio com o Governo do Distrito Federal (GDF) para realizar o trabalho de proteção. O governo cedia arquitetos do seu quadro de servidores para apoiar as ações do Iphan. Mas o convênio, que terminou no final de 1998, não foi renovado. “Temos de voltar a fazer o trabalho preventivo com o apoio do GDF”, reforça Madeira.

**“O GOVERNO
FEDERAL DEVE
PRESSIONAR
MAIS O GDF
PARA QUE
CUIDE DESSE
PATRIMÔNIO DA
HUMANIDADE”**

FERNANDO MADEIRA
Coordenador de Conservação do
Iphan-DF

ZONA DE PROTEÇÃO

Tanto o Ministério Público como o Iphan defendem a criação de uma área de proteção ao redor de Brasília para proteger o Plano Piloto do crescimento urbano desordenado. A criação da Área de Proteção Ambiental do Pla-

nalto Central, destinada a proteger todo o Distrito Federal, está em análise pelo governo federal.

A medida também foi recomendada pela Organização das Nações Unidas para Cultura, Ciência e Educação (Unesco),

Antonio Siqueira 20.09.00



CAMANHO VAI COBRAR O ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL DA ESTRUTURAL

que incluiu Brasília na lista do Patrimônio Mundial. Em relatório oficial feito há dois meses, a Unesco sugeriu a criação de uma zona de proteção ao redor de Brasília, para que a capital não sofra com a aglomeração e os problemas da região do Entorno.

“Temos de evitar que Brasília se torne uma cidade caótica. O governo federal deve pressionar mais o governo local para que cuide desse patrimônio da humanidade, preservando a qualidade de vida na capital”, propõe Madeira.

A proliferação de condomí-

nios irregulares, os assentamentos e invasões de áreas públicas são a maior preocupação do Ministério Público e do Iphan. O procurador Alexandre Camanho aponta a invasão da Estrutural, onde vivem mais de três mil famílias, como um dos casos que vai merecer bastante atenção do Ministério Público no próximo ano. A área invadida é próxima ao Parque Nacional.

“Vamos cobrar o Relatório de Estudo de Impacto Ambiental antes que o governo decida qualquer coisa quanto à forma de fixação daquela comunidade”, alerta o procurador. Camanho também está preocupado com a obra da Barragem de Corumbá IV, na área rural de Luziânia, região do Entorno do DF. “O que queremos é o respeito à legislação ambiental”, assegura.

O procurador aponta a importância do papel do Ibama nesse trabalho. “Conseguimos revitalizar a direção regional do Ibama, que estava abandonada neste ano. Com a ajuda do órgão, conseguimos embargar obras que ameaçavam o meio ambiente e que depois foram corrigidas.”

O Ministério Público Federal também vai intensificar as investigações sobre grileiros e líderes de invasores. “A prisão, no mês passado, de Pedro Barbudo, que liderava os invasores da floresta do Paranoá, serviu para mostrar que o Ministério Público não vai fazer vista grossa para a desordem”, afirma Camanho.